



Caderno de Provas

CPJUS 33 – NS

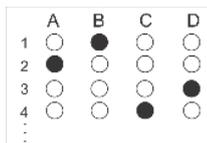
PEDAGOGO

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispoendo dos recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibia a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

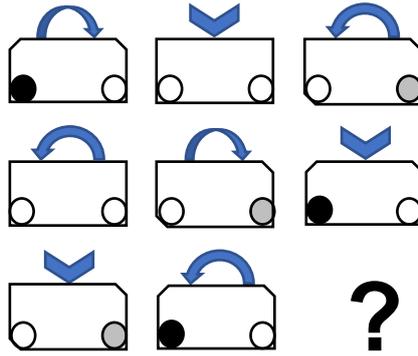
14. Considere as proposições abaixo.

- I. $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II. $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III. $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV. $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:

- A)
- B)
- C)
- D)

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PEDAGOGO

16. Atendendo aos aspectos relacionados à legislação que regulamenta a inclusão das pessoas com deficiência, a Lei n. 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que assegura e promove, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, viabilizando a inclusão social e a cidadania. De acordo com o Art. 3º dessa Lei, são consideradas
- A) barreiras qualquer tipo de obstáculo, atitude ou direcionamento que viabilize a participação social da família.
 - B) barreiras arquitetônicas qualquer tipo de obstáculo, atitude ou comunicação que favoreça o deslocamento e a participação social da pessoa.
 - C) barreiras qualquer tipo de obstáculo, atitude ou comportamento que inviabilize a participação social da pessoa.
 - D) barreiras tecnológicas qualquer tipo de obstáculo urbanístico que inviabilize a comunicação social da pessoa.
17. A complexidade do processo de formação profissional docente envolve situações diferenciadas que necessitam de um suporte contínuo para efetivação do trabalho pedagógico. Esse processo de formação pode ser realizado a partir de encontros formativos que
- A) propiciem a articulação de ações voltadas para a formação docente continuada de educadores e demais profissionais da educação.
 - B) dissociem a formação continuada de docentes da formação continuada dos demais profissionais da educação que atuam na escola.
 - C) articulem o desenvolvimento de ações voltadas para a formação continuada dos discentes e da comunidade.
 - D) estipulem a articulação de ações voltadas para a formação continuada de gestores e do Conselho Escolar.
18. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, no Art. 53, determina que a criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. De acordo com o Inciso V, deve ser assegurado à criança e ao adolescente o acesso à escola
- A) pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas em outro estabelecimento a amigos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
 - B) privada e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo do ensino médio.
 - C) pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas em outro estabelecimento a amigos que frequentem a mesma etapa ou ciclo do ensino fundamental.
 - D) pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

19. A multifuncionalidade da prática de avaliar gera possibilidades para compreensão de como ocorre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. A avaliação desempenha diversas funções que servem a
- A) objetivos determinados, não apenas para o sujeito avaliado, mas também para os professores, para a instituição financiadora, para a família e para o sistema de saúde.
 - B) múltiplos objetivos, não apenas para o sujeito avaliado, mas também para os professores, para a instituição escolar, para a família e para o sistema social.
 - C) múltiplos objetivos, não apenas para o docente avaliado, mas também para os gestores, para a instituição escolar, para a família dos estudantes e para o sistema social.
 - D) objetivos determinados, não apenas para o sujeito avaliado, mas também para os gestores, para a instituição financiadora, para a família e para o sistema de saúde.
20. Os saberes docentes possibilitam qualificar a atuação profissional da docência. Na preparação profissional do docente, a formação inicial e continuada é a base da
- A) construção da gestão administrativa pois, nela, se adquire os conhecimentos basilares sobre o funcionamento das escolas e se conhece os requisitos essenciais para uma atuação profissional satisfatória.
 - B) construção do trabalho burocrático, pois, nela, se adquire conhecimentos basilares para o desempenho do docente, conhecendo as características essenciais para a atuação profissional satisfatória.
 - C) construção da profissionalidade, pois, nela, se adquire conhecimentos basilares para o desempenho da docência e se conhece as características essenciais para a atuação profissional satisfatória.
 - D) construção psicológica e dogmática, pois, nela se adquire conhecimentos basilares para o desempenho do docente e se conhece as características essenciais para a atuação profissional satisfatória.
21. O Plano Nacional de Educação (PNE), no art. 3º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, em suas metas e estratégias, especificamente a estratégia 4.4, garante o
- A) atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o(a) aluno(a).
 - B) atendimento educacional especializado em clínicas de recursos multifuncionais, públicas ou conveniadas, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos mentais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, registrados nas unidades de saúde das redes pública e privada, matriculados na educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o(a) aluno(a).
 - C) atendimento educacional regular nas residências dos estudantes, em salas de recursos multisetoriais, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e diversas habilidades ou superdotação, registrados nas unidades de saúde das redes pública e privada, matriculados na educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o(a) aluno(a).
 - D) atendimento educacional regular em salas de recursos multisetoriais, classes, escolas ou clínicas especializadas privadas e nas residências dos(as) estudantes, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos mentais do desenvolvimento e diversas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o(a) aluno(a).

- 22.** A equipe pedagógica da escola deve pensar, em conjunto, as formas de organização da proposta educativa, sendo uma das principais funções do pedagogo na escola, a de coordenação do trabalho pedagógico. Nesse sentido, cabe a esse profissional articular,
- A) junto aos familiares e demais profissionais da escola, a organização do planejamento pedagógico como indicador entre o prescrito no Projeto Político-Pedagógico e a efetivação das ações definidas na prática educativa.
 - B) junto aos gestores e demais funcionários da escola, a organização do planejamento pedagógico como indicador entre o prescrito no Projeto Político-Pedagógico e a efetivação das ações determinadas pela secretaria municipal de educação.
 - C) junto aos discentes e demais profissionais da escola, a organização do planejamento pedagógico como definidor entre o prescrito no Projeto Político-Pedagógico e a efetivação das ações definidas pelo conselho escolar para a prática social.
 - D) junto aos docentes e demais profissionais da escola, a organização do planejamento pedagógico como mediador entre o prescrito no Projeto Político-Pedagógico e a efetivação das ações da prática educativa.
- 23.** O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, como uma construção coletiva, deve estar alicerçado em princípios basilares que favoreçam a gestão democrática, sendo necessário um processo de frequente
- A) atualização, proporcionando encontros periódicos da equipe escolar para planejar, analisar, avaliar e reestruturar a proposta pedagógica a ser desenvolvida na instituição de ensino.
 - B) modernização, proporcionando encontros periódicos da família dos estudantes, para planejar, definir, selecionar e reconstruir a proposta pedagógica a ser desenvolvida na instituição de ensino.
 - C) atualização, proporcionando encontros periódicos com os membros da secretaria de educação, para definir e selecionar a proposta pedagógica a ser desenvolvida nas ações sociais da instituição de ensino.
 - D) modernização, proporcionando encontros periódicos da equipe escolar e a comunidade circunvizinha, para limitar e reestruturar a proposta pedagógica a ser desenvolvida na instituição de ensino.
- 24.** A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) requer, entre outros requisitos, conhecimentos referentes aos conceitos que compõem esse documento que rege e regulamenta a instituição educativa. Dessa forma, os estabelecimentos de ensino devem respeitar as
- A) as normas técnicas e as normas do sistema de ensino fundamental ao qual eles estão vinculados, visando elaborar e efetivar a proposta pedagógica da comunidade e da gestão administrativa, envolvendo os diferentes segmentos da instituição.
 - B) normas técnicas e as normas administrativas e financeiras do sistema de ensino ao qual eles estão matriculados, visando elaborar e efetivar a proposta social da escola de forma coletiva e participativa, envolvendo os órgãos competentes.
 - C) normas comuns e as normas do sistema de ensino ao qual eles estão vinculados, visando elaborar e efetivar a proposta pedagógica da escola de forma coletiva e participativa, envolvendo os diferentes segmentos da instituição.
 - D) normas comuns e as normas do sistema de ensino médio ao qual eles estão vinculados, visando selecionar e efetivar a proposta pedagógica da comunidade e do conselho de classe de forma participativa, envolvendo os diferentes segmentos da instituição.

25. Visando ampliar a proteção às crianças e adolescentes desaparecidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi alterado pela Lei n. 11.259/2005 e pela Lei nº 14.548/2023. Dessa forma, o Parágrafo 2º do Artigo 208 determina que
- A) a investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada, imediatamente, após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.
 - B) a seleção da comunicação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada, imediatamente, após notificação aos órgãos militares, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, polícia civil e companhias de transporte intermunicipais e interestaduais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido e das famílias.
 - C) a investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada mediante comprovação dos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, polícia estadual e companhias de transporte intermunicipais e interestaduais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.
 - D) a seleção do desaparecimento de crianças ou adolescentes será mencionada, imediatamente, após notificação aos órgãos militares, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido e das famílias.
26. O Artigo 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com esse artigo, o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá como objetivo a formação básica do cidadão. No § 2º, é determinado que os estabelecimentos que utilizam progressão
- A) especializada por série podem adotar, no ensino fundamental, o regime de progressão parcial, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
 - B) especializada por idade do estudante, podem adotar, no ensino fundamental, o regime de progressão seletiva, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
 - C) regular por série podem adotar, no ensino fundamental, o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
 - D) regular por idade do estudante, adotar, no ensino fundamental, o regime de progressão inicial da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas legais do respectivo sistema de ensino.
27. A complexidade do processo de ensino e de aprendizagem pode integrar diversificadas maneiras de organização do ensino, incluindo a contextualização e interdisciplinaridade. Com esse entendimento, a interdisciplinaridade
- A) depende da dedução, dos conceitos e da hierarquia determinados entre duas ou mais disciplinas. Cada uma delas, no nível da teoria ou da investigação empírica, traz seus esquemas concretos, a maneira de definir os problemas e seus métodos de investigação.
 - B) implica no reencontro e na cooperação entre duas ou mais disciplinas, cada uma delas, no nível da teoria ou da investigação empírica, traz seus próprios esquemas conceituais, a maneira de definir os problemas e seus métodos de investigação
 - C) implica no reencontro e na retomada de conteúdos a cada ano letivo, no nível da sociologia ou da investigação empírica. Cada um deles traz seus próprios esquemas procedimentais, a maneira de delimitar os problemas e seus métodos de investigação social.
 - D) implica em uma dependência dos conteúdos selecionados pela gestão da escola e equipe pedagógica. Cada um deles, no nível da teoria ou da investigação empírica, traz seus esquemas concretos, a maneira de definir os problemas e seus métodos de investigação.

- 28.** As relações pessoais dos membros da equipe pedagógica, no ambiente educativo, são primordiais para o funcionamento harmônico da escola, que estão associadas, diretamente, aos mecanismos da Gestão Democrática em Educação. Para tanto, o coordenador ou qualquer gestor educacional deve
- A) desenvolver uma capacidade de entendimento das relações interpessoais que extrapole o conhecimento específico sobre as dimensões política e cognitiva do processo educativo, sendo fundamental uma perspectiva de leitura da dimensão afetiva e de interpretação dos conflitos.
 - B) responder a uma capacidade de entendimento das relações da gestão que determine o conhecimento específico sobre as dimensões da escola e do processo educativo dos estudantes, sendo opcional uma perspectiva de leitura da dimensão administrativa para a interpretação dos conflitos.
 - C) desenvolver uma capacidade de entendimento das relações discentes que extrapole o conhecimento social sobre as dimensões política e cognitiva do processo de ensino do estudante, sendo desnecessária a perspectiva de leitura da interpretação do contexto e dos conflitos familiares.
 - D) desenvolver uma capacidade de entendimento das relações físicas e sociais que extrapole o conhecimento do docente, sobre as dimensões política e cognitiva do processo educativo, sendo fundamental uma perspectiva de leitura da dimensão da saúde dos estudantes e de interpretação dos conflitos.
- 29.** A Tecnologia digital da Informação e comunicação na prática pedagógica tem avançado, no sentido amplo de acesso, aos recursos educacionais digitais. A lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, institui a Política de Inovação Educação Conectada. O Art. 1º define que a Política de Inovação Educação Conectada é instituída, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, cujos objetivos são
- A) apoiar a delimitação do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso sociológico monitorado de tecnologias digitais para adolescentes no ensino médio.
 - B) elaborar uma proposta de acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso exclusivo para jovens e adultos, das tecnologias digitais na educação básica.
 - C) apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.
 - D) limitar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso psicológico das tecnologias digitais pelos adolescentes no ensino médio.
- 30.** A Política de Inovação Educação Conectada, no Art. 2º da lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, visa a conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como
- A) opção administrativa de uso periódico nas escolas públicas e privadas de educação básica.
 - B) ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.
 - C) ferramenta administrativa de uso seletivo nas escolas públicas do ensino fundamental.
 - D) opção pedagógica de uso especializado nas escolas públicas e privadas do ensino médio.